



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Estudo

Texto de autoras convidadas. Recebido em: 26 set. 2023. Texto aprovado em: 21 fev. 2024.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. Patrimônio histórico no centro do Recife e os paradoxos da gentrificação. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 2, p. 204-240, jul./dez. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.261694>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
[Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO CENTRO DO RECIFE E OS PARADOXOS DA GENTRIFICAÇÃO

HISTORICAL HERITAGE IN THE CENTER OF RECIFE AND THE PARADOXES OF GENTRIFICATION

Edvânia Torres Aguiar Gomes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutora em Geografia

E-mail: torres@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0865-4805>

 <http://lattes.cnpq.br/2073947620231592>

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Doutora em Geografia

E-mail: mariana.zerbone@ufrpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0617-0540>

 <http://lattes.cnpq.br/8419255160811830>

Resumo

Desde meados do século XIX, a área central do Recife é palco de grandes projetos de renovação urbana e, ainda hoje, continua como pauta das gestões municipais. Desde a década de 1990, esse processo de renovação está associado à lógica da gentrificação e da cidade-mercadoria, com valorização dos centros históricos para turismo e lazer. A especulação imobiliária tem exercido uma forte pressão no centro histórico do Recife, atrelada a ações estatais que orientam e estruturam esses projetos. Narrativas históricas têm sido associadas aos novos empreendimentos como forma de agregar valor, remetendo ao simbólico, à memória e ao patrimônio histórico. Desse modo, este artigo tem por objetivo analisar os paradoxos da gentrificação no centro histórico do Recife, buscando compreender as ações e inter-relações dos agentes produtores de espaço hegemônicos e contra-hegemônicos, tal qual analisar a forma como o

patrimônio histórico é usado nessas ações e como essas transformações têm impactado a dinâmica urbana do local.

Palavras-chave: centro histórico. gentrificação. planejamento urbano. patrimônio. segregação.

Abstract

Since the mid-19th century, Recife's downtown area has been the scene of major urban renewal projects and, even nowadays, it remains on the agenda of municipal administrations. Since the 1990s, this renewal process has been associated with the logic of gentrification and the commodity city, with historic centers being valued for tourism and leisure. Real estate speculation has exerted strong pressure on Recife's historic center, linked to state actions that guide and structure these projects. Historical narratives have been associated with the new developments as a way of adding value, referring to the symbolic, to memory and to the historical patrimony. In this way, this article aims to analyze the paradoxes of gentrification in Recife's historic downtown area, seeking to understand the actions and interrelationships of the hegemonic and counter-hegemonic space-producing agents, as well as analyze how the historical patrimony is used in these actions and how these transformations have impacted the urban dynamics of the place.

Keywords: historic center. gentrification. urban planning. patrimony. segregation.

INTRODUÇÃO

Os processos de gentrificação em centros históricos se realizam entre diversos paradoxos que constituem a produção do espaço, incluindo as questões referentes ao patrimônio histórico. Os chamados projetos de “revitalização”, “requalificação”, “revalorização”, “renovação” e “regeneração urbana”, entre tantas outras denominações para as intervenções realizadas nesses locais, são desempenhados sob uma lógica de desvalorização-valorização,

obsolescência-higienismo, preservação-renovação, valor histórico-modernidade e várias outras relações que vão se revelando em uma leitura mais atenta do espaço. Esse movimento aparentemente contraditório, contudo, pode ser entendido como uma estratégia para a implementação de ações que utilizam esses centros históricos ao mesmo tempo em que os (des)valorizam, como a reprodução do capital a partir da cidade-mercadoria, tal qual acontece em Recife.

Entende-se gentrificação, neste texto, a partir da perspectiva de Neil Smith (2006, p. 73), quando ele afirma que “A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e altas podem ‘consumir’” e que “contribuem para a formação de identidades de classes através de um espectro de classe significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas”. Nesse sentido, a “regeneração urbana” passa a ser uma estratégia global sem precedentes que parte da lógica de gentrificação estratégica das cidades, havendo uma dialética de implosão e explosão dos centros urbanos (Lefebvre, 2004). Esses processos de gentrificação em cidades brasileiras têm se fundamentado na perspectiva da preservação dos centros históricos e no desenvolvimento econômico em escala internacional, em que se observa a reprodução de modelos de preservação e patrimonialização, principalmente voltados para o turismo, como no caso do Programa Monumenta, proposta trazida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1995 (Bonduki, 2010, p. 36) que impactou a vida dos que vivem na cidade.

O centro histórico do Recife, região pela qual se estabeleceu a formação inicial da cidade, compreende os bairros do Recife, de São José, de Santo Antônio, de Santo Amaro e da Boa Vista, tendo tido sua origem nos portos das primeiras décadas do século XVI e

passado por diversas intervenções ao longo dos anos. Hoje se identifica, na paisagem desses bairros, edificações, arruamentos e espaços públicos livres referentes ao período colonial, mas também, e principalmente, pertencentes ao final do século XIX e ao início do século XX, período em que a cidade passou por reformas urbanas pautadas nos preceitos modernos franceses. Algumas dessas estruturas foram tombadas, outras não, mas todas são parte importante do patrimônio histórico da cidade. É relevante considerar que a maior parte dos monumentos e espaços públicos recifenses que foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Imóveis Especiais de Preservação (IEP)¹ encontram-se no centro histórico da cidade, como igrejas, fortificações, pontes, estação de trem, cinemas, liceus, casarios, mercados e conjuntos paisagísticos. Contudo, é possível perceber o avanço das edificações contemporâneas que fazem parte do perfil da expansão imobiliária residencial vertical no Recife.

O foco dessa reestruturação, tendo como um dos objetivos a preservação do patrimônio, também é conflitante, visto que vem à tona a discussão sobre “para quem é a cidade?”. Em muitos casos, a prioridade de investimentos para centros históricos ampliou o processo de segregação. Isso corrobora com o processo de gentrificação que vem acontecendo no centro histórico do Recife, em que redutos mais pobres passam por intervenções urbanísticas e paisagísticas para maquiar as péssimas condições de moradia em que as pessoas dessas comunidades vivem, como também há o processo de embelezamento e de restrições urbanísticas das áreas tradicio-

1 Classificados pela Lei Municipal nº 16.284/97.

nais de moradia e comércio populares, que findam por excluir e expulsar aqueles que vivem nesses espaços há tempos, dando lugar para as camadas mais abastadas, com novos empreendimentos que “gourmetizam” esses locais, havendo apropriação de signos e símbolos culturais, reproduzindo as características originais desses espaços através de simulacros (Albuquerque; Gomes, 2023).

A especulação imobiliária tem exercido uma forte pressão no centro histórico do Recife, seja de forma direta ou indireta, mas sempre atrelada às ações estatais que orientam e estruturam esses projetos. Nesse caso, as narrativas históricas têm sido associadas aos novos empreendimentos, como forma de agregar valor, remetendo ao simbólico e à memória. Por outro lado, se essas referências não são consideradas importantes ou o se os terrenos em que estão localizados os imóveis históricos valem mais do que a memória, por exemplo, esses elementos são eliminados da paisagem e todo o discurso de preservação é abandonado em prol de uma cidade moderna, voltada para o progresso (Duhau; Giglia, 2016).

Desse modo, este artigo tem por objetivo analisar os paradoxos da gentrificação no centro histórico do Recife, buscando compreender as ações e inter-relações dos agentes produtores de espaço hegemônicos e contra-hegemônicos, tal qual analisar a forma como o patrimônio histórico é usado nessas ações e como essas transformações têm impactado a dinâmica urbana do local. Para isso, foram realizadas 3 etapas de pesquisa: análise da paisagem, em que foram identificados, através de visitas a campo, os vetores de transformação dos espaços e suas transformações e permanências; revisão da literatura sobre a história do centro do Recife e seus marcos urbanísticos; e análise de documentos, desde planos e projetos urbanísticos, turísticos e referentes ao patrimônio até a

legislação vigente, normas e determinações no âmbito da urbanização e da preservação do centro histórico, bem como a iconografia, as reportagens e as notícias divulgadas na mídia. Todas essas etapas estão associadas à fundamentação teórica que orienta as análises sobre o objeto em questão, buscando entender, com base dialética, o objeto como totalidade e fruto de processos e arranjos espaço-temporais.

É preciso destacar que a preservação dos imóveis particulares nas Zona Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (ZEPH) é uma grande questão a ser debatida. Observa-se um conflito entre os agentes que produzem esse espaço, como os pequenos proprietários de imóveis, que, em muitos casos, não têm condições financeiras de realizarem as ações de preservação, restauro e manutenção; o papel do Estado de gestão e investimento para essas áreas; e a pressão do mercado imobiliário em adquirir esses imóveis, com objetivos particulares de geração de lucro e não de produção de cidade, no sentido da coletividade e da totalidade, em que o patrimônio histórico passa ser apenas um apêndice e não o real centro da ação. Há um conflito evidente entre o patrimônio material e imaterial (Costa; Scarlato, 2010), entre o que importa para a memória da cidade e a cidade como mercadoria turística, entre a história que se quer contar e a cidade que se quer produzir: é o conflito infindável entre o espaço-mercadoria e o espaço vivido.

CIDADE E PATRIMÔNIO BRASIL

A cidade é obra humana, construída pela força do trabalho e pela dinâmica cotidiana, que a estruturam como espaço da vida e

também como espaço político e de consumo, através das diferentes intencionalidades dos agentes que a produzem. A cidade é datada: a estrutura física tem em si marcado o tempo em que foi construída. Ela é uma composição em camadas, em sobreposições ou rugosidades, como afirma Milton Santos, não de um modo evolutivo, mas revelando os interesses e as ações de cada tempo. Até mesmo a ausência de elementos revela os processos de transformação da paisagem e dos espaços de uma cidade, pois ela é dinâmica, tanto ao longo de sua história como em sua contemporaneidade. Assim, é possível perceber, em seu cenário, permanências e constantes transformações: obras de diferentes tempos coexistem, são fixas e ultrapassam décadas e até séculos, configurando a paisagem das cidades. No entanto, outras são destruídas, demolidas e substituídas por novas técnicas, formas e funções.

A cidade também é composta por fluxos, de pessoas, de mercadorias, de transportes e de informações. Ou seja: é dinâmica no tempo e no espaço. Os grupos sociais constroem e dinamizam a cidade em suas atividades cotidianas, em suas relações culturais, simbólicas, tradicionais e contraditórias, além das inter-relações multiescalares, mas não de forma homogênea e nem sem tensões, pois a cidade é, em sua constituição genuína, um espaço político, um espaço em disputa, como afirma Pesavento (2005, p. 14):

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro.

A partir da paisagem é possível identificar diferentes temporalidades, tanto pela sobreposição de camadas e técnicas quanto pela coexistência espacial de tempos diferentes no presente, que representam outras estruturas socioespaciais e assumem outra função pela dinâmica local, o que possibilita novos usos que fazem sentido para os grupos sociais relacionados, muitas vezes com o intuito de manutenção de uma memória. Contudo, muitos desses elementos referentes a outros tempos têm sido explorados no âmbito da cidade-mercadoria, em que as narrativas sobre a cidade entram no circuito do turismo e da indústria cultural, além de agregarem valor aos projetos urbanísticos e à especulação imobiliária.

Nesse sentido, muitas propostas e planos de preservação da memória e da patrimonialização dos espaços da cidade se apresentam como uma estratégia na produção do espaço, principalmente nas cidades que possuem centros históricos de relevância e uma cultura popular característica. A apropriação de narrativas históricas e culturais têm feito parte dos mecanismos de *city marketing*, da cidade neoliberal pautada na lógica do planejamento estratégico.

Em um mundo globalizado, a reprodução de modelos urbanísticos homogeneizadores, agenciados por consultorias, faz com que as prefeituras busquem se inserir nos circuitos das cidades-mercadoria, voltando-se para a homogeneização dos padrões definidos, mas considerando as especificidades da cultura e as histórias locais para diferenciarem os espaços e possibilitarem sua venda e consumo. Nesse sentido, em muitos casos, a cultura popular específica de um grupo passa a ser universalizada e considerada como representante da identidade local, visto que a produção cultural é produto das tradições e práticas cotidianas dos diversos locais de uma cidade.

Como afirma Abreu (1998, p. 14), “a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas”, as cidades são diversas e complexas, resultado das estruturas sociais de vários tempos. Os valores, símbolos e locais relevantes na e da cidade variam de acordo com os grupos sociais, suas situações de renda, suas questões geracionais e de gênero, entre tantos outros aspectos particulares na constituição do espaço. Desse modo, o processo de patrimonialização em si é excludente e arbitrário, pois é feito de escolhas de grupos específicos que identificam o valor, seja qual for, referente àquele patrimônio. Na maioria das vezes, as escolhas são provenientes de grupos hegemônicos que determinam o que é importante historicamente e culturalmente para a cidade, o que não contempla a maior parte da população, dificultando a identificação desses grupos em relação a esses patrimônios e, conseqüentemente, a apropriação e o uso desses espaços. Isso não diminui a importância dos patrimônios materiais e imateriais e os processos de tombamento para a manutenção da memória e a valorização da cultura, contudo, as escolhas realizadas revelam que tipo de memória é importante para a cidade e que história se quer contar.

Dessa forma, a cidade contemporânea se apresenta como mercadoria em si, não apenas por seus loteamentos vislumbreados pela especulação imobiliária, mas também por se mostrar como produto vendável em sua totalidade, através da imagem construída de cidade que se pretende valorizar, especialmente no âmbito do turismo. Com isso, observa-se a constante confecção de símbolos e monumentos para a permanente evocação de uma memória coletiva, muitas vezes forjada a partir dos fixos cheios de significados incrustados na paisagem. Associa-se a essa evocação a necessidade de construção de narrativas históricas, muitas vezes

relacionadas à ideia de identidade e cultura local. Há o desejo, por parte do planejamento estratégico, da construção de um imaginário que justifique as ações urbanísticas que contêm outras intencionalidades para além da preservação da memória ou da valorização da cultura.

A elaboração de discursos e narrativas sobre as cidades é bem característica do final do século XIX e início do XX, em que relatos escritos, poemas e iconografia corroboravam e divulgavam a ideia burguesa de cidade sobre questões sublimes e pitorescas, firmando a ideia do belo e agradável e não levando em conta as mazelas, conflitos e diferenças sociais sobre a cidade (Bresciani, 2002). Contemporaneamente, no final do século XX e no início do XXI, esses discursos foram refinados pelo *city marketing*, em que são utilizadas diversas estratégias e diferentes meios para se criarem narrativas vendáveis sobre as cidades.

Assim, o urbanismo gentrificador se utiliza de discursos de renovação urbana com base na cultura e na memória desses espaços e se apropria das peculiaridades, com foco na produção de elementos particulares pertencentes a essas cidades, como um diferencial na reprodução dos projetos globalizantes homogeneizadores.

Os primeiros relatos sobre gentrificação são referentes à ocupação de bairros operários londrinos na década de 1960 (Smith, 2006). Nos Estados Unidos, a ideia de gentrificação passa a ser associada à renovação urbana, ampliando-se para a “generalização da gentrificação na paisagem urbana” (Smith, 2006, p. 61). Dessa maneira, esse processo começa a ser atrelado a uma articulação entre Estado e empresas, viabilizando, através das propostas de renovação urbana e do planejamento urbanístico em áreas centrais, a

expansão do setor imobiliário e a reprodução através do consumo do espaço. É como afirma Smith (2006, p. 72):

A gentrificação não representa mais uma simples estratégia residencial, mas aparece na proa da mudança metropolitana nas áreas centrais da cidade. Agora, como antes, ela corresponde a uma conquista classista da cidade, mas não exprime mais os estreitos interesses de classe [...] a gentrificação produz paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem “consumir”.

A questão cultural, o pitoresco, as raridades e as especificidades do local têm sido inseridos na lógica da gentrificação contemporânea, em que signos que evocam alguns aspectos particulares do lugar são apropriados como características dos projetos de renovação, principalmente dos centros históricos, manifestando-se em museus sobre a cultura e história local, símbolos referentes à cultura popular, narrativas utilizadas em peças publicitárias sobre as questões pitorescas do passado da cidade, a própria paisagem ou até mesmo a utilização de toponímias nos empreendimentos imobiliários, referentes aos aspectos históricos da cidade.

Assim, a valorização das particularidades locais nos centros históricos não tem se apresentado como valorização dos grupos sociais que representam a cidade, mas sim como uma via de transformação desses centros em um “parque de diversões” de amostras da cultura popular e da história local. Como abordado, as instituições de Estado preparam esse arcabouço seletivo, e dão subsídio para os empreendedores agregarem valor em seus empreendimentos ao inserirem narrativas e toponímias relativas a essas especificidades em suas publicidades ou justificarem a realização de suas ações.

Essas estratégias de apropriação da cultura e história por meio da constituição de patrimônios culturais é bem evidente nos processos de gentrificação, isso desde os primeiros projetos na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, até o aperfeiçoamento deles no projeto de Barcelona, na década de 1990, aliando a requalificação de áreas centrais a lazer, cultura, história e paisagem. A valorização desses espaços obsoletos (ou desprezados pela gestão pública) retorna ao circuito do consumo de cidades, com essa marcada articulação entre o moderno, o cultural e o patrimônio histórico. Foram vários os projetos que se basearam e ainda se baseiam nessa lógica, como os de Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Belém e também Recife. Esse planejamento estratégico, pautado no turismo e lazer, tem sido apresentado pelas gestões municipais como a solução para os problemas das cidades, mas, na verdade é apenas mais uma estratégia para a ampliação da reprodução do capital, selecionando partes de cidades e excluindo áreas críticas dessas “benesses” do urbanismo contemporâneo. A cidade, apesar de ser uma construção coletiva, não é uma construção democrática, e sim segregatória, excludente e hierarquizada. Dessa forma, a cidade configura-se como lugar de tensão (Bresciani, 2002) e de disputa, um espaço político e hierárquico.

Seguindo essa reflexão, surgem alguns questionamentos na perspectiva da pesquisa desenvolvida neste presente trabalho: como o patrimônio histórico é usado pelo planejamento urbano do Recife? Como essas transformações têm impactado a dinâmica urbana da cidade como um todo? Os elementos elencados como patrimônio em uma cidade correspondem às memórias coletivas existentes nela? Como essas relações e escolhas podem se estabelecer em uma metrópole como o Recife? Os patrimônios elegidos

nos centros históricos são de apropriação dos diferentes grupos sociais que compõem a cidade? Como esses aspectos são considerados nos planos e projetos elaborados para o centro histórico do Recife?

OS PROCESSOS DE RENOVAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE

PLANOS MODERNIZANTES PARA O RECIFE

Desde meados do século XIX, a área central do Recife é palco de grandes projetos de renovação urbana, ainda hoje continuando como pauta das gestões municipais, independentemente de prefeito ou de partido político. Ainda no século XIX, Francisco Rego Barros, o Conde da Boa Vista, então gestor da cidade, foi o responsável pelo início do processo de “modernização” do Recife, trazendo grandes equipamentos urbanos, aos moldes franceses, para ornamentar o espaço urbano, além de iniciar grandes obras de aterros, aumentando as terras da área central da cidade. Foram construídos teatros, palácios, mercados, entre tantas outras edificações que vieram a modificar a paisagem do Recife colonial.

Nas duas primeiras décadas do século XX, um grande projeto de renovação urbana do bairro do Recife colocou literalmente abaixo

os casarios coloniais, para, nos moldes haussmannianos², abrir novas artérias viárias e espaços públicos. A essa transformação urbanística estava associada a reestruturação da zona portuária, através da qual novos armazéns e um novo cais foram construídos para atenderem às novas embarcações e às práticas comerciais portuárias modernas. Essa estrutura perdurou por todo o século XX. Elementos coloniais, como arcos e igrejas, foram demolidos com o intuito de se criar um Recife moderno, uma Paris tropical, apagando as referências coloniais.

Os governos posteriores, na década de 1930, deram continuidade a essa política modernizadora, buscando consolidar o centro da cidade como um local voltado para a elite recifense. Para isso, foram elaboradas políticas higienistas de “limpeza” do centro da cidade, dando fim aos mocambos, expulsando a população mais pobre das áreas centrais e os transferindo para vilas em locais distantes. Um exemplo dessas medidas foi a criação da “Liga social contra os Mocambos”:

Com o interventor Agamenon Magalhães, o combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco, não só pelos propósitos pessoais mas também para atender à Igreja Católica e criar uma contraposição à ampliação do Partido Comunista. Num primeiro momento caracterizou-se apenas

² George Haussmann foi um barão contratado por Napoleão III para reformar e redesenhar a cidade de Paris. Em seu projeto, de caráter eugenista, “foram executadas obras como a de rede de esgotos, iluminação a gás, abastecimento de água, construção de aquedutos, implantação de serviço de transporte, abertura de parques, construção de edifícios públicos. As reformas seguiam três princípios básicos: circulação acessível e confortável dentro da cidade; eliminação da insalubridade nos bairros densos; revalorização e reenquadramento dos monumentos, unindo-os através de eixos viários e perspectivas” (Porto *et al.*, 2007).

pela destruição dos mocambos; porém, após as articulações com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), assistiu-se a um surto construtivo de vilas habitacionais, destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos segmentos profissionais não-organizados, como contínuos, lavadeiras, costureiras etc. Paralelamente à construção das vilas, os mocambos foram demolidos: registrou-se de 1939 a 1945 a destruição de 13.355 mocambos (Pontual, 2001, p. 34).

Em 1937, iniciou-se a construção da Avenida Guararapes, no bairro de Santo Antônio, que modificou as dimensões viárias do bairro e, posteriormente, possibilitou o aumento do gabarito dos edifícios:

A nova avenida foi uma intervenção brutal no bairro, destruindo dezoito quarteirões da cidade. [...] A construção da nova avenida foi extremamente rápida e destruiu muitas ruas estreitas, prédios antigos e monumentos históricos. Os edifícios mais importantes destruídos nesta empresa foram o Hospital São João de Deus, o Regimento de Artilharia, e a Igreja Paraíso, construídos nos séculos XVII e XVIII [...] À medida que os novos lotes eram muito maiores (e mais caros) e os antigos residentes não conseguiram voltar para a área. Ocorreu assim um processo de expulsão da população de classe média baixa e de pequenos comerciantes, o que chegou até a afetar o déficit habitacional da cidade (Melo, 1991, p.153-154). Sobre os novos lotes proeminentes, edifícios altos foram construídos para escritórios, a burocracia federal e estadual, bancos e cinemas. (Moreira, 2016, p. 301).

Do final da década de 1930 à década de 1950, estabeleceu-se o processo de verticalização do bairro de Santo Antônio, principalmente na Avenida Guararapes, mudando drasticamente a paisagem. Moreira (2016, p. 304), ao falar dos edifícios da Avenida

Guararapes, afirma que “construídos entre 1939 e 1949, estes edifícios de escritórios eram os mais altos e modernos na cidade e utilizavam recursos técnicos mais avançados”, destacando-se os edifícios Sulacap (1941), a Caixa Econômica Federal (1942), o Trianon (1942), e o Correios e Telégrafos (1943). Em 1943, foram iniciadas as demolições para a construção da Avenida Dantas Barreto – já projetada naquele tempo, porém só finalizada na década de 1970. A década de 1950, no entanto, foi marcada pela gestão popular e democrática do prefeito Pelópidas Silveira, que tirou um pouco o foco governamental do centro, buscando atender outras necessidades demandadas pelos demais bairros. Na área central da cidade, houve a pavimentação de várias ruas e a ampliação da Avenida Conde da Boa Vista nos bairros da Boa Vista e da Soledade (Pontual, 2001).

Nas décadas de 1960 e 1970, os projetos urbanísticos voltados para o centro se direcionaram para obras com um viés desenvolvimentista, característica típica do período. Foi realizado um projeto para o Cais da Aurora, em Santo Amaro e na Boa Vista, e para o Cais do Apolo, no bairro do Recife, havendo a inserção de grandes equipamentos públicos, inclusive com a construção da nova sede da prefeitura, com 17 pavimentos, em 1975. Nesse período, os principais embates travados pelas gestões foram com os comerciantes ambulantes, existindo diversas ações para retirá-los do centro, ainda em uma perspectiva higienista e de ordenamento da dinâmica urbana.

Em 1974, foi criado o projeto urbanístico “Recife Novo”, que englobava a criação de praças e a abertura de grandes avenidas, sendo finalizada a obra da Avenida Dantas Barreto, o que ocasionou a retirada de edifícios históricos e de instituições de importância

cultural, como a Igreja dos Martírios e a sede do bloco carnavalesco Vassourinhas, mesmo após embargos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e da resistência dos movimentos populares a essas demolições (Bernardes, 1996). A Avenida Dantas Barreto causou uma grande cicatriz no bairro de Santo Antônio e até os dias atuais se apresenta como um problema urbano e social para o bairro.

Em 1978, foi criado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) e, em 1979, foi sancionada a lei que instituiu as Zonas de Preservação, a Lei nº 13.957. Essa lei serve de base até hoje para definir as zonas de preservação histórica da cidade, o que resulta em um tratamento específico para o patrimônio histórico no âmbito municipal.

O Recife sofreu grandes transformações em sua dinâmica urbana a partir da década de 1980. A instalação de grandes equipamentos comerciais, como supermercados e shopping centers, em bairros mais afastados da área central teve um impacto grande nos usos do centro da cidade, local tradicionalmente conhecido pela dinâmica comercial durante grande parte do século XX. Dessa maneira, percebeu-se uma diminuição do fluxo de pessoas no centro, com impacto no comércio nos bairros de Santo Antônio e da Boa Vista, contudo, permanecendo o bairro de São José como uma centralidade do comércio popular da cidade. O bairro de Santo Antônio, no início do século XX, era um local de grande efervescência comercial e de lazer, com diversas lojas, cinemas, cafés e restaurantes, sendo destinado para a elite recifense, entretanto, posteriormente, assume outro perfil com esse esvaziamento, com a substituição de

suas atividades pelo comércio popular e habitações de baixo custo, mesmo mantendo as estruturas antigas dos edifícios.

PLANOS GENTRIFICADORES PARA O RECIFE

Na década de 1990, os projetos de requalificação do centro assumiram uma nova lógica, agora pautada na produção neoliberal das cidades. Seguindo os preceitos internacionais de requalificação de centros históricos, foi criado um projeto para “renovação” do bairro do Recife, com base nos modelos gentrificadores como o de Barcelona, financiado por órgãos supranacionais como o Banco Interamericano (BID), por exemplo. A primeira intervenção, nesse sentido, aconteceu em 1994, na prefeitura de Jarbas Vasconcelos (PMDB), com o *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife*, que tinha o foco na Rua do Bom Jesus como polo de animação. Em parceria com a Fundação Roberto Marinho, houve, então, a tentativa de reprodução dos moldes do bairro *Vieux Carré* em Nova Orleans, nos Estados Unidos.

Essa requalificação da Rua do Bom Jesus foi o pontapé inicial para os sucessivos projetos de requalificação do centro do Recife nos novos moldes gentrificadores, com foco na estética da paisagem, no turismo e no lazer, com a apropriação de narrativas pautadas nos aspectos históricos e culturais locais. Essa gentrificação do bairro segue o que Harvey (2005) chama de *Disneyficação*, ou seja, a transformação de parte da cidade em um cenário idealista, com a criação de simulacros que findam em um esvaziamento das práticas cotidianas, transformando o centro histórico em um museu a céu aberto, sem articulação com o restante da cidade. Em 1997, foi desenvolvido, pelo Ministério da Cultura o *Projeto Monumenta*, criado com fundos do Banco Interamericano de Desenvol-

vimento (BID) e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o objetivo de relacionar a recuperação e preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento econômico e social.

Em consonância ao Projeto Monumenta, em 1997 foi aprovado, pela implementação da Lei nº 16.290/97, o *Plano Específico de Revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 09 – Sítio Histórico do Bairro do Recife*, que regulava todo o processo de transformação da região. Esse *Plano Específico de Revitalização da Zona Especial* é uma continuação do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, com outro nome e uma outra roupagem, prosseguindo com mais do mesmo, mas agora sob outra gestão municipal, a do prefeito Roberto Magalhães (PFL).

Nessa lei, foram delimitados 3 setores e 5 polos de interesse: setor de intervenção controlada, setor de renovação e setor de consolidação urbana; Polo Fluvial, Polo Arrecifes, Polo Pilar, Polo da Alfândega e Polo do Bom Jesus. As principais intervenções, associadas ao Projeto Monumenta, continuaram sendo no Polo do Bom Jesus, mas ganhou destaque a requalificação de alguns edifícios no Polo da Alfândega, como o Edifício da Alfândega, que foi transformado em um *shopping*, o Paço Alfândega, e o início da restauração do Edifício Chanteclair, antigo bordel, mas que até hoje não foi inaugurado. No Polo Arrecifes, deu-se início à requalificação da Praça do Marco Zero, seguindo o mote do artista pernambucano Cícero Dias (“Eu vi o mundo... ele começava no Recife”³), e à construção do Parque das Esculturas, com as obras do também artista pernamb-

3 Título de sua pintura homônima, datada de 1926 a 1929.

bucano Francisco Brennand localizadas sobre os Arrecifes, sendo destacada a Torre de Cristal, que virou símbolo da cidade mesmo diante de todas as polêmicas que a envolveram por ser vista como um objeto fálico, ambiguidade típica do autor.

O discurso de renovação da área central estava pautado nos preceitos da Lei nº 16.290/97 acerca da “valorização da identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade”. A questão paisagística, de criação de um cenário, prevalece nesse processo de requalificação do bairro do Recife, com o então “Recife Antigo” simulando um Recife que talvez nunca tenha existido, que traz atividades de lazer voltadas para um público específico: a classe média (alta) recifense. É evidente a lógica gentrificadora nesse processo de requalificação da região, em que os antigos moradores são expulsos, novas funções ligadas à cultura, à história e ao lazer são inseridas na nova dinâmica e os aspectos estéticos de uma “paisagem cultural” são valorizados e evidenciados como sendo representantes da cultura e história locais. Ou seja, o bairro se torna mercadoria turística e lócus de investimento privado.

A gestão seguinte foi a do prefeito João Paulo (PT), eleito em 2000 em oposição a Roberto Magalhães e reeleito em 2004. Mesmo sendo de outras bases políticas e outro partido, os projetos de requalificação do centro tiveram continuidade em seu governo, mais uma vez, como novos projetos, novas propostas e novas roupagens, mas seguindo a lógica iniciada no início dos anos 90. Em 2003, foi elaborado um plano urbanístico para o Complexo Cultural Recife-Olinda, uma parceria entre as duas prefeituras. Nesse plano estão destacadas propostas de futuras intervenções através de projetos menores e de ações específicas, realizadas tanto pelo poder público como por agentes privados. A seguir, estão relatadas

as diretrizes urbanísticas para o Complexo Cultural Recife-Olinda, relacionadas à reestruturação urbana e pautadas nos parâmetros culturais, históricos e ambientais:

A partir da análise e caracterização da área do *Complexo Turístico Cultural* foram estipulados quatro *Territórios Culturais* (Olinda, Tacaruna, Recife e Brasília Teimosa). Os *territórios* foram identificados a partir da concentração de atividades e equipamentos culturais com abrangência metropolitana ou com significativa potencialidade a ser explorada. [...] O termo *Território Cultural* está aqui conceitualmente formulado para caracterizar em termos espaciais a parte, ou o conjunto de partes constitutivas, do conjunto do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. São áreas que internamente ao tecido do Complexo, representam elos significativos e potencialidades no desenvolvimento de novas dinâmicas pela concentração e/ou pela relevância de aspectos históricos, culturais e urbanos presentes em cada uma dessas partes do espectro citadino do *Complexo*. Inseridos nos *Territórios*, encontram-se estruturas físicas ou elementos construídos (além das edificações também se incluem elementos da paisagem natural local) ou ainda, a localização de lugares específicos onde se realiza a manifestação do “saber fazer” da cultura intangível e onde, destrezas no âmbito cultural são desenvolvidas pela prática da população ou de seus principais intérpretes e mestres dentro de cada nicho cultural, sem importar o status jurídico em relação à proteção ou tombamento do patrimônio cultural (Fade, 2003, p. 51).

Ao analisar-se o plano urbanístico para o Complexo Cultural Recife-Olinda, identifica-se que as propostas indicadas no documento estão sendo colocadas em prática até os dias atuais, 20 anos após sua elaboração, de forma aparentemente pulverizada, dispersa, como se não houvesse relação com o documento, independentemente da gestão em vigor e de seu partido político. Os projetos e ações são realizados tanto pelo poder público (prefei-

tura e governo do estado) quanto pelos representantes do mercado (financeiro, comercial, imobiliário, institucional etc.) e pelas parcerias público-privadas. Contudo, esse plano para o Complexo Cultural Recife-Olinda não é evidenciado nesses projetos posteriores: novos nomes são criados, como se fossem novas propostas, mas ainda fazem parte dessa grande proposição de 2003. A execução dos projetos individualmente aparenta uma desarticulação espaço-temporal, mascarando a compreensão do plano urbanístico como um todo. No plano urbanístico para o Complexo Cultural Recife-Olinda, a cultura, os patrimônios culturais e os bens imateriais são utilizados nos discursos que acompanham essas ações, como legitimadores das intervenções nos espaços selecionados, com a delimitação dos 4 territórios culturais.

O que se observa é que a elaboração desse plano, associado ao turismo e à cultura, é montada numa estrutura de expansão da especulação imobiliária na cidade, legitimada pelas leis e planos urbanísticos do estado, que criam infraestrutura e condições para a atuação direta do mercado imobiliário na construção dos seus empreendimentos, como sendo a garantia de que a cidade irá gerar emprego e renda pelo turismo e pelo lazer.

Em 2008, entrou em vigor o Plano Diretor da Cidade do Recife, definido pela Lei nº 17.511/2008, que reafirmou a continuidade das intenções dos projetos de requalificação do centro, tanto no que tange às Zonas Especiais de Patrimônio Histórico (ZEPH) quanto ao que é referente às Zonas de Ambiente Construído (ZAC). Para a ZAC I, que abrange os bairros correspondentes ao centro histórico, os objetivos eram: reabilitar e conservar o núcleo histórico da cidade; reurbanização e dinamização das áreas ociosas; promoção de inclusão socioespacial através da urbanização e da regulariza-

ção fundiária das áreas precárias de ocupação irregular; estímulo e consolidação do uso habitacional; e dinamização de atividades de turismo, cultura, lazer, comércio, serviços e negócios. Entre algumas diretrizes estratégicas para essa área, destacam-se: promover parcerias entre a iniciativa privada e o poder público para viabilizar as Operações Urbanas Consorciadas; incentivar a recuperação e a conservação dos imóveis históricos; promover programas voltados à habitação no centro; estimular atividades de cultura e lazer desconcentradas; melhorar a infraestrutura para potencializar a atividade turística; fortalecer os mecanismos de fiscalização e monitoramento de imóveis históricos (Prefeitura do Recife, 2004). As Zonas Especiais de Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) aparecem dissociadas das ZACs, definidas por uma lei específica e contendo planos direcionados para conservação, restauração e/ou revitalização dos espaços, como descrito no Plano Diretor.

As diretrizes, aparentemente dissociadas, estão articuladas nos projetos que passaram a ser executados e inseridos nas legislações futuras, como o próprio Plano Diretor. Com a execução do Plano de 2008, foram iniciados os projetos de requalificação do centro histórico do Recife, a partir do desmembramento das diretrizes estabelecidas no plano urbanístico Cultural Recife-Olinda, de 2003. Vários imóveis históricos assumiram outras funções dentro da lógica turística e de lazer, como museus, centros culturais, bares e restaurantes. Na gestão do prefeito João da Costa (PT), de 2009 a 2012, esses projetos passaram a ser colocados em prática e tiveram continuidade na administração do prefeito Geraldo Júlio (PSB), de 2013 a 2020. O maior projeto foi o Porto Novo, iniciado em 2012, uma parceria entre o governo do estado e a prefeitura, em que os antigos armazéns construídos no bairro do Recife no início do

século XX foram demolidos e, em seu lugar, foram construídos novos edifícios, simulando os armazéns, mas agora com as mais diversas funções, como centros de artesanato, espaços gastronômico, museus, terminais de passageiros de navio, estacionamentos e espaços para eventos. Na Praça do Arsenal, próxima à Rua do Bom Jesus, foi inaugurado, em 2014, o museu Paço do Frevo, no antigo prédio da Great Western, antiga empresa de trens e telégrafos.

Atualmente, muitos dos prédios históricos existentes no bairro do Recife passaram a ser ocupados pelo Porto Digital, uma Organização Social (OS) criada no ano de 2000, com investimento do governo do estado. O Porto Digital surgiu como um polo de tecnologia, estando dentro dessa proposta de refuncionalização dos espaços centrais, sendo uma incubadora de projetos tecnológicos e possibilidade de geração de empregos. Contudo, ao longo desses anos, o Porto Digital se apresentou também como um relevante agente produtor de espaço no centro histórico do Recife, tanto por ser proprietário de diversos imóveis nessa área, delimitada como seu território, quanto por agir como planejador urbano, com respaldo da prefeitura do Recife, mesmo tendo como foco a área de tecnologia:

O Porto Digital ocupa a totalidade do Bairro do Recife, um quadrilátero no bairro de Santo Amaro e parte dos bairros de Santo Antônio e São José. Além de ocupar o centro, ajudando na requalificação com a restauração de diversos prédios e com a ocupação da área, a perspectiva é ajudar a ampliar essa requalificação do centro nos próximos anos. “O Porto Digital ajudou a reiterar o Bairro do Recife e isso apresenta uma parcela importante do parque tecnológico para a cidade. Agora queremos ajudar a requalificar a área com moradia.

Esperamos que a prefeitura assuma o projeto na Avenida Guararapes para trazer mais gente para cá”, disse Pierre Lucena, presidente do Porto Digital (Morosini, 2020).

No mesmo bairro está localizada a comunidade do Pilar, que sofreu interferências com o início da construção de um conjunto habitacional de apartamentos que tinha o intuito de realocar as pessoas que viviam em habitações precárias na comunidade. O projeto, iniciado em 2010, previa a construção de 588 unidades habitacionais, porém apenas 192 foram entregues até hoje. De certa forma, o projeto de urbanização do Pilar cria uma maquiagem para disfarçar os problemas sociais existentes no bairro, que não são bem quistos nos programas de requalificação dos centros históricos, pois revelam as desigualdades na cidade e impactam a imagem que esses programas pretendem projetar para os centros históricos. No entorno da comunidade, atualmente, está sendo construído o projeto Moinho Recife, uma proposta de reforma de antigos prédios dos silos do Porto do Recife, intencionando que se tornem *flats*, trazendo consigo a proposta de renovação do seu entorno e um discurso de sustentabilidade, exatamente nos moldes da gentrificação *retrofit*:

Morar e trabalhar no charmoso e histórico centro do Recife antigo, na capital pernambucana, logo se tornará uma realidade e deve atender a uma urgente demanda por moradia. Os antigos silos do moinho de trigo no centro do Recife (PE), que existem desde 1914, ganharam revitalização e nova função com o Projeto Moinho Recife Business & Life, criado a partir de uma parceria entre a Revitalis Incorporações e a construtora Moura Dubeux. Além de recuperar toda a área de 53 mil m², o Moinho Recife Business & Life prevê a construção de um mall com até 14 lojas e um Rooftop com praça elevada, mirante

e telhado verde, além de um estacionamento com 595 vagas rotativas. O projeto também prevê central de ar-condicionado, grupos geradores, reaproveitamento de água, bicicletário, e jardins integrados com as ruas. Ao todo, o complexo multiuso será dividido em seis blocos, ocupando a estrutura física existente do antigo Moinho Recife, contando ainda com apartamentos residenciais, parte da nova etapa iniciada em 2021 (Urban Systems, 2021).

O bairro de São José também vem sofrendo com esse processo de expansão imobiliária, associada à requalificação e ao patrimônio histórico, tanto material quanto imaterial. Nesse bairro, no Cais de Santa Rita, houve a construção de duas torres residenciais, conhecidas como *torres gêmeas*, construídas ao longo da primeira década de 2000 e tendo sido finalizadas em 2012, as quais causaram um grande impacto paisagístico para o bairro e se apresentaram como vetor das transformações que estariam por vir.

Na parte mais ao sul do bairro, no Cais José Estelita, em uma área de patrimônio ferroviário industrial, de onde partia a segunda linha férrea mais antiga da país, conhecida como Recife–São Francisco, foi projetado um grande empreendimento privado, chamado de *Novo Recife*, que tinha o intuito de construir 13 torres comerciais e habitacionais. No entanto, o projeto sofreu resistência desde sua divulgação, com a liderança do movimento Ocupe Estelita, formado em 2014 pela sociedade civil, que era contra a sua execução devido aos princípios do direito à cidade, sendo contra a especulação imobiliária no Recife. A pressão do movimento fez com que o projeto fosse parcialmente modificado, mas não impediu o início de suas obras em 2020.

No mesmo ano, em meio a momentos críticos da pandemia de Covid 19, em que a maior parte da população teve que permanecer

em casa devido aos riscos de contágio reafirmados pelas diretrizes de quarentena, o projeto para o Cais de Santa Rita, agora renomeado de *Porto Novo Recife*, teve suas obras iniciadas com a construção de um Hotel-Marina e de um centro de Convenções próximos às torres gêmeas, causando um grande impacto na paisagem do centro histórico do Recife devido à dimensão dos empreendimentos, o que foi questionado pelos representantes do governo do estado no que se refere às licenças ambiental e de patrimônio histórico. A associação Mercado-Estado fica evidente nos discursos relacionados a essa pauta, em que as questões referentes à proteção do patrimônio histórico acabam sendo vistas pelos empreendedores como um entrave para seus empreendimentos e as instituições que representam o Estado findam por ajustar as legislações para viabilizarem essas ações:

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Bruno Schwambach, licenças e processos judiciais atrasaram a construção de todo o complexo. “A primeira etapa foi concluída, na reforma dos armazéns, e a segunda etapa, que está iniciando a obra agora, demorou um pouco mais do que deveria devido a licenças ambientais, de patrimônio histórico. Tiveram até processos judiciais tentando impedir que a prefeitura desse a licença, e todos esses desafios precisaram ser vencidos para que a gente conseguisse chegar nesse momento”, disse. Ao todo, são investidos R\$ 140 milhões para a realização do projeto do hotel-marina e do centro de convenções. O valor é integralmente da iniciativa privada. As obras tiveram início neste mês de março (Meireles, 2020).

No bairro de Santo Amaro, próximo ao conjunto urbanístico tombado da Rua da Aurora, às margens do rio Capibaribe, na contemporaneidade está havendo um processo de verticalização

de torres habitacionais, que destoam da paisagem de seu entorno. Contudo, a construção desses edifícios se dá aparentemente de forma individual, o que elimina as resistências à construção dos empreendimentos, visto que não se apresentam como um grande projeto, mesmo transformando a dinâmica dessa zona de patrimônio histórico.

O Plano Diretor de 2021 (Lei complementar nº 2 de 23 de abril de 2021) dá continuidade a essas ações de requalificação do centro, com novas estratégias e discursos. Elaborado ao longo do segundo mandato do prefeito Geraldo Júlio, o plano deveria ter sido divulgado em 2018, mas só foi entregue 3 (três) anos depois do prazo previsto no Estatuto da Cidade. Todo o processo de elaboração foi bastante criticado em função dos seus direcionamentos e das suas formas escolhidas para consulta pública. Nesse Plano Diretor, percebe-se que foi modificado o macrozoneamento⁴ em relação ao de 2008, com os aspectos culturais alocados na Macrozona de Ambiente Natural e Cultural, abordando as questões culturais separadamente, estando elas distintas das questões históricas que estão alocadas na Macrozona de Ambiente Construído. Nessa Macrozona de Ambiente Natural e Cultural, os aspectos culturais são abordados de maneira superficial e genérica, sem definições específicas sobre as questões culturais, associando-as aos aspec-

4 O macrozoneamento é o primeiro nível de definição das diretrizes espaciais do Plano Diretor, estabelecendo “um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo na cidade, em concordância com as estratégias de política urbana” (Brasil, 2002, p. 41). Ele é um referencial geral para o município, conferindo uma coerência para sua lógica de desenvolvimento. Por esse motivo, é um instrumento utilizado para superar o caráter de “colcha de retalhos” presente em grande parte dos zoneamentos tradicionais, nos quais era difícil, senão impossível, deduzir a lógica por trás dos índices e demais diretrizes atribuídos a cada uma das zonas (Saboya, 2009).

tos naturais, o que torna as diretrizes confusas. As Zonas Especiais de Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH) estão definidas na Macrozona de Ambiente Construído, com abordagem vaga e sem nenhuma ação específica, apenas com direcionamento para o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural.

O outro macrozoneamento presente nesse sentido é o da Macrozona do centro, uma novidade desse Plano Diretor, que aponta qual seria a intenção de se realizar projetos de requalificação e reestruturação urbana no centro. Ou seja, há uma centralidade dessa macrozona da cidade nas intenções dispostas no Plano, o que tem se associado aos projetos já divulgados pela prefeitura nesta atual gestão iniciada em 2021, com o prefeito João Campos (PSB), de reestruturação do centro, denominados de *Recentro*, com a criação do Gabinete do centro do Recife. A Lei municipal nº 18.869, de 9 de dezembro de 2021, institui o Recentro como um “plano de incentivos fiscais para atividades econômicas, moradias para fins de interesse social, construções ou intervenções destinadas à recuperação, renovação, reparo ou manutenção de imóveis situados no sítio histórico dos Bairros do Recife, Santo Antônio e São José nas condições especificadas, e dá outras providências”.

Contudo, na Lei nº 18.869, referente à criação do Recentro, estão em foco os incentivos fiscais, com a isenção de IPTU, ITBI, entre outros, o que fica evidente na intencionalidade da expansão imobiliária nessas áreas. Assim, não há a definição de planos específicos de requalificação, mas deixa-se um espaço aberto para as ações do setor privado.

A discussão sobre moradias no centro tem sido pauta tanto na mídia quanto na Câmara de Vereadores e nas ações da prefeitura. Vários debates foram promovidos por instituições parceiras da

prefeitura, como o Porto Digital, a Aries e outras consultorias, que têm trazido à tona essa discussão, inclusive com a elaboração de vários planos e diretrizes com diversas “soluções” para essa região. Esse tem sido o mote para a ampliação das ações gentrificadoras aliadas à expansão imobiliária que vêm ameaçando o patrimônio histórico local pelas novas propostas de requalificação da área, principalmente nos bairros de Santo Antônio e São José, que possuem um acervo de patrimônio material e imaterial desvalorizado pelo poder público, mas que agora, “obsoletos”, estão sendo o alvo de várias propostas *retrofit*, “gourmetizadoras”, entre tantos outros neologismos para as intervenções urbanísticas nessas áreas.

Os paradoxos, na verdade, são evidentes, visto que os discursos distópicos que se utilizam de demandas sociais legítimas para a efetivação dessas ações, giram em função da reprodução do capital, o que evidencia a perversidade do planejamento estratégico que cria a cidade como fábula e se concretiza através do estabelecimento de novos produtos mercadológicos, os quais apenas o mesmo grupo reduzido, advindo de uma classe social específica, pode comprar, acentuando-se, então, a segregação tão presente na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recife é uma cidade desigual, seja entre a planície e os morros, seja entre a terra firme e os alagados. Como afirma Bernardes (1996), o Recife não é um só: existem vários Recifes. As discrepâncias sociais são evidentes na paisagem, que é herança de uma origem colonial escravocrata e também de um processo de modernização exclu-

dente, em que o Estado assume que olha para as demandas de uma elite, que se articula nas decisões de produção desse espaço – e até mesmo na produção de memórias. Em contrapartida, a população de baixa renda permanece marginalizada ainda no século XXI, com acesso restrito à infraestrutura básica, quiçá às decisões referentes às políticas públicas, restando, em muitos casos, resistir às decisões monocráticas e hegemônicas ou ser resiliente e, por fim, ter de se adequar às mínimas ofertas por parte da prefeitura.

Ao se analisar o processo de renovação e requalificação do centro histórico do Recife, percebe-se que não importa o viés político-partidário da gestão das prefeituras da cidade: esses projetos de reestruturação do centro estão sempre em pauta. Os nomes são modificados, mas não as intenções de continuidade de um projeto de cidade específico para o consumo direcionado, para os investidores que a manuseiam de acordo com seus interesses momentâneos, acima de qualquer manifestação popular. Várias estratégias, aparentemente contraditórias, são implementadas através de narrativas construídas com base em dicotomias, como desvalorização-valorização, obsolescência-higienismo, preservação-renovação e valor histórico-modernidade, possibilitando, assim, em largo tempo, a implementação dos planos urbanísticos e a expansão imobiliária, objetivando que não haja resistência ao processo, mesmo diante de uma cidade desigual, com tanta carência de investimentos básicos em outras áreas suas.

A população residente da área central do Recife, principalmente das comunidades do Pilar, dos Coelhos, do Coque e do Papelão, entre outras, são invisibilizadas, como se a área em que vivem fosse um papel em branco para a elaboração de projetos. Desse modo, os moradores e trabalhadores que vivem nessa área são excluídos do

processo, impossibilitados de também terem direito à cidade, ao centro, à cultura e à história. O que se percebe é de fato um contínuo processo de gentrificação, que tem suas estratégias modificadas de acordo com cada arranjo político-econômico de cada momento das ações executadas, mas que continua sendo mais do mesmo.

Dessa forma, ainda há a relação desse processo de gentrificação com a criação de memória e de identidade, utilizadas como elementos que agregam valor aos centros históricos, como se estes fossem mercadorias, havendo uma apropriação da cultura popular pelas gestões municipais, peça-chave para a criação de planos culturais sob o discurso da integração popular aos projetos, através de uma tentativa de fundação de um imaginário que venha a construir símbolos que digam respeito a uma identidade no âmbito histórico-cultural referente ao centro da cidade. Ao longo da história, a paisagem passa a ser o foco nessa valorização dos espaços centrais, seja com a preservação de edifícios e monumentos ou mesmo com a construção de novas paisagens-cenário que apresentem os interesses específicos de seus criadores. Nesse sentido, seguem questionamentos ainda pertinentes: para que é a cidade? Quem tem direito à cidade? Que patrimônio histórico representa os recifenses?

Assim, por Recife se tratar de uma cidade em que mais da metade da população vive em áreas de vulnerabilidade social, fica evidente que a prioridade de investimento para centros históricos tem ampliado a segregação e acentuado o processo de desposseção ampliada, com políticas públicas elitistas direcionadas apenas para uma pequena parcela da população.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série*, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ALBUQUERQUE, M. Z. A.; GOMES, E. T. *Recife Despedaçado: distopias urbanas e espaços de resistência metropolitano*. Recife: Editora UFPE, 2023.

BERNARDES, D. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora UFPE, 1996.

BONDUKI, N. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan, 2010.

BRESCIANI, M. Cidade e História. In: OLIVEIRA, L. (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 16-35.

COSTA, E.; SCARLATO, F. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. São Paulo: Fapesp, 2010.

DUHAU, E.; GIGLIA, A. *Metrópoli, espacio público y consumo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2016.

FADE. *Plano urbanístico para o Complexo Cultural Recife-Olinda*. Recife/Olinda: Governo do estado de Pernambuco, 2003.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MEIRELES, M. Hotel-marina e centro de convenções começam a ser construídos em armazéns do Porto do Recife. *G1 Pernambuco*, 3 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/03/10/hotel-marina-e-centro-de-convencoes-comecam-a-ser-construidos-em-armazens-do-porto-do-recife.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MOREIRA, F. D. A transformação do bairro de Santo Antônio no Recife (1938-1949). In: XIV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 14., 2016, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: IAU-USP, 2016. p. 296-307. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/31.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MOROSINI, L. Porto Digital completa 20 anos com história consolidada, mas mira no futuro. *Diário de Pernambuco*, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2020/12/porto-digital-completa-20-anos-com-historia-consolidada-mas-mira-no-f.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PESAVENTO, S. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas, v. 2, n. 4, 2005.

PONTUAL, V. *Uma cidade e dois prefeitos*. Recife: Editora UFPE, 2001.

PORTO, A. L. G. A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2007, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: Univap, 2007. p. 2714 - 2717. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/epg/EPG00214_010.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. *Lei municipal nº 18.869, de 9 de dezembro de 2021*. Institui o RECENTRO: Plano de incentivos fiscais para atividades econômicas, moradias para fins de interesse social, construções ou intervenções destinadas à recuperação, renovação, reparo ou manutenção de imóveis situados no sítio histórico dos Bairros do Recife, Santo Antônio e São José nas condições especificadas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2021/1887/18869/lei-ordinaria-n-18869-2021-institui-o-recentro-plano-de-incentivos-fiscais-para-atividades-economicas-moradias-para-fins-de-interesse-social-construcoes-ou-intervencoes-destinadas-a-recuperacao-renovacao-reparo-ou-manutencao-de-imoveis-situados-no-sitio-historico-dos-bairros-do-recife-santo-antonio-e-sao-jose-nas-condicoes-especificadas-e-da-outras-providencias#:~:text=Institui%20o%20RECENTRO%3A%20Plano%20de,Jos%C3%A9%20nas%20condi%C3%A7%C3%B5es%20especificadas%2C%20e>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. *Lei complementar nº 2, de 23 de abril de 2021*. Institui o Plano Diretor do Município do Recife, revogando a Lei Municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-complementar/2021/1/2/lei-complementar-n-2-2021-institui-o-plano-diretor-do-municipio-do-recife-revogando-a-lei-municipal-n-17511-de-29-de-dezembro-de-2008>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. *Lei nº 17.511/2008 de 2008*. Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife. Disponível em: <https://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2008%20-%20Plano%20Diretor%20Lei%20n%C2%BA%2017511.08.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. *Revisão do Plano Diretor do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2004.

PREFEITURA DO RECIFE. *Lei nº 16.290/97, de 1997*. Aprova o plano específico de revitalização da zona especial de preservação do patrimônio histórico-cultural 09 – Sítio histórico do bairro do Recife, estabelece condições especiais de uso e ocupação do solo, cria mecanismos de planejamento e gestão e dá outras providências. Recife: Prefeitura do Recife, 1997. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1629/16290/lei-ordinaria-n-16290-1997-aprova-o-plano-especifico-de-revitalizacao-da-zona-especial-de-preservacao-do-patrimonio-historico-cultural-09-sitio-historico-do-bairro-do-recife-estabelece-condicoes-especiais-de-uso-e-ocupacao-do-solo-cria-mecanismos-de-planejamento-e-gestao-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. *Lei nº 13.957 de 26 de setembro de 1979*. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1979/1396/13957/lei-ordinaria-n-13957-1979-institui-normas-gerais-de-protecao-a-sitios-conjuntos-antigos-ruinas-e-edificios-isolados-cujas-expressoes-arquiteticas-ou-historicas-tenham-real-significado-para-o-patrimonio-cultural-da-cidade-do-recife-disciplina-a-preservacao-desses-bens-autoriza-o-prefeito-a-declarar-zonas-especiais-de-interesse-dessa-preservacao-cultural-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SABOYA, R. Macrozoneamento. *Urbanidades: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*, 2009. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2009/02/24/macrozoneamento/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SMITH; N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. *In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-88.

URBAN SYSTEMS. Moinho Recife Business & Life revitalizou o patrimônio no centro da capital pernambucana. *Urban Systems*, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://blog.urbansystems.com.br/moinho-recife-business-life-revitaliza-patrimonio-no-centro-da-capital-pernambucana/>. Acesso em: 20 fev. 2022.